

O PLANTÃO SOCIAL E A CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS SOBRE OS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS POR USUÁRIOS

Daniela Emilena SANTIAGO¹

Franciele Mathias CARDOZO²

RESUMO: Esse texto, de natureza teórico-empírico, buscou realizar uma discussão acerca de uma modalidade de intervenção assistencial, dentro do que é definido como Proteção Social Especial da Política de Assistência Social, sendo essa modalidade, o Plantão Social. Esse último, por sua vez, é compreendido como a provisão de bens e serviços emergenciais para os segmentos empobrecidos da população. No sentido exposto, pretende-se realizar uma análise sobre a construção de sentidos sobre os benefícios assistenciais oferecido junto ao serviço de Plantão Social, segundo a ótica dos usuários. Metodologicamente, para que tal objetivo fosse alcançado, foi realizada uma entrevista semi-estruturada junto a um usuário desse serviço assistencial e os principais resultados obtidos serão elencados nesse estudo.

Palavras-chaves: Plantão Social; Construção de Sentidos; Assistência Social.

INTRODUÇÃO

A construção de sentidos pelo ser humano é um processo constante e dialético. Assim, desde o nascimento, após ser estabelecido contato com o mundo que o circunda, o ser humano passa a construir sentidos sobre tudo que o cerca. É assim que são atribuídos sentidos sobre os seres humanos, sobre os papéis sociais que são ocupados por esses seres humanos, sobre os objetos, enfim, sobre tudo que acontece e que permeia a vida de um indivíduo. É, portanto um processo que acontece no cotidiano do ser humano, sendo constante e permitindo assim a elaboração de conceitos específicos sobre tudo que gere a vida social.

Partindo de tais colocações é necessário pactuar que o interesse nesse texto é discutir a construção de sentidos sobre a concessão de benefícios por meio da Política de Assistência Social, segundo a ótica do usuário. O interesse por esse assunto partiu do contato que ambos autores apresentaram a partir da

¹ Daniela Emilena Santiago é Assistente Social graduada pela Universidade Estadual de Londrina, Especialista em Violência Doméstica pela Universidade de São Paulo e Mestre em Psicologia pela Unesp, e-mail: da.santiago@hotmail.com

² Franciele Mathias Cardozo é discente do 4º ano do Curso de Serviço Social da “Faculdade Antonio Eufrásio de Toledo”, email: franciele.mathias@itelefonica.com.br

atuação³ junto a Política Municipal de Assistência Social em um município do interior do Estado de São Paulo, o qual nesse texto denominaremos de Sucupira.

Com tal finalidade, elaborou-se uma entrevista semi-estruturada que foi desenvolvida junto a um usuário da Política de Assistência Social, especificadamente de um serviço de Plantão Social. Por meio dessa entrevista foi possível identificar-se aspectos relacionados a construção de sentidos sobre os benefícios concedidos⁴ e destacaremos à seguir.

O texto será iniciado assim com a explicação sobre a construção de sentidos. Tal explicação recorre à perspectiva crítica em psicologia postulada por L.S.Vigotski, A.N. Leontiev e A.R. Luria. É por meio dessa compreensão que se torna possível empreender uma “análise” das concepções trazidas pelo sujeito da pesquisa. Após tais colocações, será oferecido um breve panorama da Política de Assistência Social, sobre seu desenvolvimento enquanto tal, haja visto que o próprio desenvolvimento de tal política colabora para a construção de determinados sentidos sobre os benefícios assistenciais por parte dos usuários. Também nesse item será realizada um breve descrição sobre os benefícios fornecidos no Plantão Social do município onde a pesquisa foi desenvolvida. E, por fim deseja-se expor a fala do usuário destacando-se o sentido atribuído em relação ao benefício assistencial.

A orientação teórica desse estudo se deu tomando como base a perspectiva crítica, com recorrência tanto à Psicologia Crítica quanto a concepção crítica sobre a política Social, especificadamente a Política de Assistência Social.

1 A CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS PELO SER HUMANO

Há uma série de estudos sobre a construção de sentidos dentro da Psicologia, Sociologia e mesmo na Filosofia. Nesse texto, a referência adotada é a corrente Sócio-Histórica de Compreensão do Psiquismo. É essa corrente que orienta

³ Daniela Emilena Santiago é Assistente Social que atua junto a um serviço de Plantão Social e Franciele Mathias Cardoso realizou estágio curricular junto ao referido serviço.

⁴ A entrevista foi realizada com a devida autorização do usuário em questão. Trata-se de uma aproximação inicial à uma pesquisa que pretende-se realizar futuramente pelos autores.

a compreensão da elaboração de sentidos que mais se afina com o Serviço Social, visto que a formação segundo os parâmetros curriculares mínimos postula pela formação crítica no que concerne a compreensão da vida social e do ser social.

Assim, é necessário pontuar que a corrente que no Brasil ficou conhecida como Perspectiva Sócio-Histórica tem como seus principais percussores L.S.Vigotski, A.N.Leontiev e A.R. Luria⁵. A psicologia russa defendida por esses autores propunha uma compreensão do psiquismo tomando como base a influência da estrutura social nesse processo. Nesse sentido propunham um rompimento com a compreensão do desenvolvimento do ser humano com base apenas na importância da função sexual ou do inatismo.

Apesar de grande importância, essa teoria foi transplantada para o Brasil a partir da década de 80 e muitas aproximações foram sendo realizadas pela Psicologia e pela Pedagogia. No sentido, o Serviço Social ainda está começando essa construção e isso poderá colaborar em muito com a teoria da profissão. De maneira que, os principais conceitos serão tratados aqui nesse estudo, de maneira resumida, sendo que uma maior aproximação da teoria crítica de tais autores se faz necessário através da leitura original dos textos específicos desses autores.

De tal modo, para abranger a construção de sentido é necessário antes de qualquer elucubração compreender o desenvolvimento do psiquismo humano. Para tal, começaremos pelo conceito de atividade, que ocupa na Psicologia Russa um lugar de especial destaque.

A atividade é assim considerada toda ação desempenhada pelo ser humano no sentido de atender uma necessidade específica. O ser humano, desde o nascimento apresenta uma série de necessidades, que busca satisfazer. Essas necessidades motivam o homem a desempenhar certas ações, sendo assim sua atividade. Nesse sentido, a criança pequena quando não sabe falar e sente algum desconforto, chora. Com o desenvolvimento, a criança aprende que precisa falar e por meio da fala terá todas as suas necessidades contempladas.

Disso é possível concluir que a atividade acontece sempre em decorrência de uma necessidade. Entretanto, essas necessidades são geradas a partir da condição concreta de existência de cada ser humano, portanto um

⁵ Lev Semyonovich Vygotski, Alexander Romanovich Luria e Alex N. Leontiev desenvolveram seus trabalhos na Rússia pós revolução de 1917, pautados na teoria marxiana. Propunham concepções da psicologia e do desenvolvimento do ser humano, tomando como referência a obra de Karl Marx.

processo real, que acontece na cotidianidade e não no imaginário. Exemplificando, a necessidade de uma criança que nasceu no Brasil será totalmente distinta de uma criança indiana por exemplo, visto que são as condições concretas, reais que definem tais necessidades (LEONTIEV, 1978a;LURIA,1991a).

A partir do desempenho das atividades o ser humano estabelece contato com os objetos e com outros homens. Por meio desse contato, pautado na atividade sensorial, que o homem passa a conhecer o meio que o cerca e passa a identificar suas propriedades.

[...] a atividade, em sua forma inicial e básica, é a atividade sensorial, durante a qual os homens se colocam em contato prático com os objetos do mundo circunvizinho, experimentam em si mesmos a resistência desses objetos e atuam sobre eles, subordinando-se a suas propriedades objetivas. (op. cit., 1978a, p.20, tradução nossa)⁶.

Quando esse contato é estabelecido, acontece o que a Psicologia Russa descreveu como objetivação. O homem não apenas apreende as características dos seres humanos e dos objetos, mas interage com eles. Nesse processo, tanto o objeto e o ser humano com o qual foi estabelecido contato se modificam quanto o homem que estabeleceu esse contato. De maneira que, o homem se objetiva nesse objeto, nesse ser humano.

O homem, ao produzir os meios para a satisfação de suas necessidades básicas de existência, ao produzir uma realidade humanizada pela sua atividade, humaniza a si próprio, na medida em que a transformação objetiva requer dele uma transformação subjetiva. (DUARTE, 1993,p. 31).

A objetivação é, portanto um processo que provém da necessidade, da atividade e, por conseguinte da realidade de cada ser humano. Como tal, incorpora o desenvolvimento específico do gênero humano. Exemplificando, quando uma criança aprender a escrever ela não está apenas dominando a escrita, mas está também apreendendo as características da caneta que utilizou para escrever. Está mais que isso, incorporando todo o desenvolvimento do gênero humano em relação à escrita (LEONTIEV,1978a).

⁶ [...] la actividad, em su forma inicial y básica, es la actividad sensorial práctica, durante la cual los hombres se ponen em contacto prático com los objetos del mundo circundante, experimentan en si mismos la resistencia de esos objetos y actúan sobre ellos, subordinándose a sus propiedades objetivas LEONTIEV, 1978a, p.20).

A partir desse contato estabelecido em que se dá a objetivação, ou seja, em que o ser humano se humaniza, ele também se apropria dos conhecimentos obtidos. Esse processo, descrito pela Psicologia Russa como um processo de suma importância acontece simultaneamente à objetivação e são processos complementares e dialéticos.

A apropriação é compreendida como:

[...] um processo que tem por resultado a reprodução pelo indivíduo de caracteres, faculdades e modos de comportamento humanos formados historicamente. Por outros termos, e o processo graças ao qual se produz na criança o que, no animal, é devido à hereditariedade: a transmissão ao indivíduo das aquisições do desenvolvimento da espécie. (LEONTIEV, 1978b, p. 320).

A partir desse posicionamento de Leontiev (1978b), pode-se compreender a apropriação enquanto um processo ativo, à medida que provém do desempenhar das atividades visando à satisfação das necessidades humanas. Esse processo ativo proporciona, assim, a “reprodução pelo indivíduo de caracteres, faculdades e modos de comportamentos humanos formados historicamente”. Não é um processo passivo, que não provoca mudanças junto ao ser humano, mas antes reproduz no ser humano o saber acumulado durante as gerações.

Esse processo é tão ativo que pode ser concebido como um constante devir do ser humano. Enquanto o homem se apropria de determinado conhecimento, isso desenvolve sua capacidade de superá-lo. A necessidade humana e sua satisfação, nos termos de Leontiev (1978b), ocasionam outras necessidades, caracterizando assim a apropriação como um processo ativo e que se origina basicamente da realidade social. Essa necessidade resulta em uma especialização dos “caracteres, faculdades e modos de comportamentos humanos formados historicamente”.

Apesar disso, é necessário pactuar que o ser humano não se apropria de todos os conhecimentos produzidos pela humanidade. Como provém da realidade concreta de cada ser humano, a apropriação provém da realidade específica em que esse ser humano esteja inserido (DUARTE, 1993).

Nesse processo, de desempenho das atividades, de objetivação e apropriação é de fundamental importância a mediação que é desempenhada por outros seres humanos e pelos objetos. Para a criança pequena, a mediação é realizada pelo adulto com o qual possui a relação de dependência. É assim esse

adulto que pela mediação garante a sobrevivência da criança pequena e que lhe repassa as informações necessárias também ao seu desenvolvimento.

O principal instrumento que viabiliza a mediação é a comunicação entre os seres humanos, por meio do contato físico, sobretudo a linguagem.

A linguagem adentra em toda a consciência do homem, colabora no sentido de reorganizar e orientar sua percepção sobre que o cerca, reestruturando assim a sua percepção sobre o mundo. É assim que aprendemos o significado do que seja uma bola, uma colher ou mesmo do que seja um pai, uma mãe e assim por diante. Entretanto, a linguagem não apenas transmite os conceitos sobre os seres humanos e sobre os objetos. Ela influencia essencialmente a consciência humana englobando nesse sentido a vivência emocional do ser humano, permitindo que, através de sua relação com o pensamento, “[...] formem-se no homem vivências e demorados estados-de-espírito que vão muito além dos limites das reações afetivas imediatas e são inseparáveis do seu pensamento, que se processa com a participação imediata da linguagem” (LURIA, 1991a,p.83).

A linguagem incentiva ainda o desenvolvimento da memória, sendo que a memória permite a conservação de informações sobre os objetos e os seres humanos mesmo quando esses não estejam ao alcance da visão humana. A memória duplica a capacidade de imaginar e de fazer elucubrações sobre a vida futura, sendo que todo esse processo está em constante desenvolvimento em cada ser humano.

Em suma, é por meio do desempenho de determinadas atividades que o ser humano desenvolve a capacidade de se objetivar e se apropriar do mundo que o cerca. Essas informações obtidas através da mediação são transmitidas ao cérebro, com influência da linguagem e são fixadas na memória. Esse processo conduz o desenvolvimento psíquico do ser humano, sua subjetividade e orientam a sua elaboração de sentidos.

Assim, o sentido que cada ser humano constrói sobre determinados aspectos de sua vida provem das necessidades que esse ser humano possui. Essas necessidades o colocam em contato com objetos e com outros seres humanos e nesse processo ele se objetiva e se apropria dos conhecimentos em geral. Esses conhecimentos serão o material ao qual o ser humano recorrerá para que seja possível elaborar conceitos, sentidos.

Portanto, a elaboração de sentidos provém essencialmente da condição concreta de cada ser humano. Condição concreta que, partindo da perspectiva de estudo adotada, não se cria no vazio mas que está essencialmente perpassada pela maneira com que a sociedade organiza sua produção e seu consumo e nesse caso, uma sociedade de base capitalista.

No caso específico, a maneira como a sociedade organiza a administração das mazelas geradas pelo sistema capitalista também influem na elaboração de sentidos. A compreensão do sentido elaborado por usuário sobre benefícios assistenciais só pode ser considerada tomando como pano de fundo a realidade capitalista brasileira e o desenvolvimento de um sistema de proteção social estatal tomando como base sobretudo as políticas sociais. Esse desenvolvimento, especificamente no que diz respeito a política de Assistência Social, trouxe influência a forma de compreensão do usuário sobre a mesma e sobre os benefícios por ela oferecidos.

Isso posto, é necessário que nessa altura da discussão seja realizado um recorte sobre o desenvolvimento da política de Assistência Social no Brasil, o que realizaremos no tópico seguinte. Trata-se de uma discussão sucinta visto que a natureza desse trabalho não permitem um aprofundamento. Também nesse item pretendemos realizar uma breve descrição da natureza dos benefícios oferecidos dentro da Política de Assistência Social pelo município no qual foi realizada a pesquisa.

2 A ASSISTENCIA SOCIAL E O PLANTÃO SOCIAL: O MUNICÍPIO DE SUCUPIRA

A Assistência Social adquiriu em 1988 o status de Política Social Pública em decorrência da Constituição Social, chegando a compor o que ficou conhecido como Seguridade Social, estando atrelada a Previdência Social e a Saúde.

Atualmente, a Política Social de Assistência Social se armou com uma série de documentos oficiais que garantiram uma nova forma de percepção dessa

política, dentre os quais destacamos o Plano Nacional de Assistência Social, publicado em 2004, a Norma Operacional Básica e a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos. Esses instrumentais prezam pela capacitação profissional, pela necessidade de uma equipe mínima, com recursos elencados e busca sobretudo garantir a ótica do direito do usuário.

Mas como sabemos, a Assistência Social nem sempre foi concebida de tal maneira. Durante a década de 1930 a pobreza, ou sua administração, no Brasil acontecia por meio da intervenção policial. O pobre era considerado um marginal, um criminoso que demandava assim esse tipo de intervenção. Sabemos também que nesse período as poucas ações desenvolvidas eram realizadas por igrejas pautadas no voluntariado e na caridade cristã (SPOSATI, 1992).

Com o tempo, especificamente a partir da década de 1950, no Governo de J. K. o Estado passou a desenvolver ações de Assistência Social. Essas ações entretanto segundo Sposati (1992) ainda eram fragmentadas e pontuais e se constituíam em uma maneira do Estado autocrático e burguês exercer uma regulação das questões sociais e de preparar o país para o desenvolvimento da nação. Nessa época havia também grande preocupação em administrar as mazelas resultantes da Segunda Guerra Mundial. Na década de 60 por sua vez houve a instituição de grandes programas nacionais com ênfase no Planejamento e no desenvolvimento, até que na década de 80 a Assistência Social passasse a ser tratada como política pública, prioritariamente de responsabilidade estatal e com caráter contínuo.

A legislação da década de 90 e posteriormente o Plano Nacional de 2004 conseguiram por fim subsidiar a política de Assistência Social orientando-a segundo uma nova ótica. Nesse sentido, o serviço prestado nos centros de Referência da Assistência Social apresentam grande relevância. Apesar disso, o serviço oferecido pelo que se convencionou chamar de Plantão Social ainda continua sendo mantido, agora sendo considerado um serviço de atendimento a urgência e que se “enquadra” enquanto um serviço de proteção social especial, visto que atua sobre a situação de vulnerabilidade já instalada.

O Plantão Social é considerado um serviço, dentro da atividade receptora onde o usuário é recebido, ouvido e encaminhado para recursos internos ou externos. Nesse sistema de serviço, a concessão de benefícios ainda impera como a principal finalidade do serviço e muitas vezes da própria política social.

O serviços de plantão social existem para resolver situações emergências: como o fornecimento de apoios provisórios, a cestas básicas, que acabam-se transformando-se em um atendimento contínuo, seja pelo uso clientelístico deste apoios, seja pelas dificuldades crônicas de subsistência dessa "clientela". Na maioria dos casos com os diversos "benefício" em espécie fornecidos à população, verificamos que este atendimento apenas ameniza o problemas imediatos, sendo paliativo, não alterando as reais condições de vida nem mesmo permitido aos beneficiários viver melhor "lá onde estão", na periferia, na miséria, no espaço da pobreza (Brito, 2001, p. 69).

No município em questão, Sucupira⁷, o Plantão Social é desenvolvido pelo órgão gestor da Assistência Social. Conta com dois Assistentes Sociais que se revezam no atendimento ao público e na elaboração de documentação, dois funcionários que são responsáveis pelo desenvolvimento do Programa Bolsa Família, um secretário e um faxineiro. A administração do serviço é realizada pelo Gestor que nesse caso possui nível superior. É nesse serviço que é realizado também o desenvolvimento do Projeto Ação Jovem e do Projeto Renda Cidadã, ambos por meio de uma parceria estabelecida entre o município e o Governo Estadual.

O serviço de Plantão Social do município de Sucupira oferece mensalmente a concessão de 50 cestas básicas, além de realizar doação de óculos, suplemento alimentar para lactentes e portadores de distúrbios alimentares, enxoval de bebe, vestuário, auxílio com gás de cozinha, pagamento de contas de energia elétrica e água e cobertores. Toda a concessão de benefício só acontece após a realização da triagem pelo Assistente Social e todas as famílias atendidas possuem cadastro no serviço.

A pessoa que participou da entrevista é um usuário do serviço de Plantão Social e a seguir destacaremos qual a compreensão possuída a respeito dos benéficos oferecidos por parte desse usuário.

⁷ Além do serviço de Plantão Social o município dispõe de um Centro de Referência da Assistência Social e de três entidades executoras da política de Assistência Social que atendem o segmento criança e adolescente em modalidade de atendimento sócio-educativo, abrigo e pessoa portadora de necessidades especiais.

3 A CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS SOBRE OS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS: A PERSPECTIVA DO USUÁRIO

O sujeito dessa pesquisa que aqui convencionamos por chamar pelo nome Elisabeth, é um usuário constante do serviço de Plantão Social do município de Sucupira. O nome foi escolhido pela própria usuária pois segundo referiu esse seria o nome que fora escolhido por sua mãe, mas não fora registrado com o mesmo porque o responsável pelo cartório se enganou. Elisabeth está atualmente com 42 anos e atualmente não está casada, nem convivendo maritalmente com nenhum companheiro. Ela reside em casa própria na companhia de dois filhos, sendo um de 18 anos e outro de 15 anos e é responsável pelos cuidados de dois netos, ambos com 08 e 09 anos. Elisabeth é beneficiária do Programa Bolsa Família e um de seus filhos está incluído no Projeto Ação Jovem.

A família não possui qualquer renda mensal fixa e sobrevivem com ajuda de terceiros, da Igreja Católica e com a renda proveniente dos projetos sociais. Junto ao serviço de Plantão Social a Sra. Elisabeth já foi beneficiada com a concessão de cesta básica, gás de cozinha, custeio de sua conta de energia elétrica em atraso, doação de vestuário, cobertor e até enxoval de bebê para sua filha que esteve grávida mas que atualmente não convive mais no núcleo familiar.

A entrevista realizada foi gravada, transcrita e está disposta em anexo a esse texto. Portanto, é possível perceber que as questões focaram em torno da concessão benefícios. Destacaremos aqui duas categorias de análise possíveis, partindo das questões elaboradas e da respostas atribuídas sendo essas: a importância do benefício assistência e o tempo de que a senhora Elisabeth é beneficiário do serviço de Plantão Social e seus benefícios.

Bem em relação ao tempo, a Sra. Elisabeth refere que há cerca de oito anos que procura o serviço de Plantão Social e aliás chega até a citar o nome de uma primeira dama que comandava o serviço em outra gestão. Nesse sentido, a Sra. Elisabeth coloca em outro trecho da entrevista que está excluída do mercado de trabalho durante todo esse período, tempo que recorre ao serviço de plantão.

Como está excluída do mercado de trabalho, a Sra. Elisabeth demonstra crer que tem o direito pelo benefício assistencial, motivo pelo qual

também avalia que a cesta básica é o benefício mais importante dentre aqueles que recebe. E, aliás, ainda coloca para o entrevistador que se não recebesse a cesta talvez “já nem tava mais aqui minha fia...”. O que por sua vez é possível inferir que a Sra. Elisabeth só pode considerar a cesta o benefício mais importante pelo fato de conter alimentos, os quais já deve ter sido excluída de acessá-los através da aquisição com sua renda. E mais, para a Sra. Elisabeth o fato de ter ficado desempregada tanto tempo a fez perceber na cesta básica talvez a única forma de ter as necessidades alimentares de seus familiares atendidas, tanto que ela nem consegue vislumbrar outra forma de alcançar a alimentação além da concessão da cesta básica, chegando até a colocar que não sabe onde estaria ou melhor como estaria vivendo sem a cesta básica.

Dessa maneira, ações que deveriam ser desenvolvidas com a conotação sócio-educativa como o Programa Bolsa Família e o Ação Jovem não chegam sequer a ser citados da fala da senhora Elisabeth. Nesse sentido também é necessário ressaltarmos que o serviço oferecido pelo Centro de Referência da Assistência Social também não atrai a usuária. Sendo que, diante disso é possível perceber também que o serviço sócio-educativo acaba sendo secundarizado em relação àquele que atende as necessidades básicas, de sobrevivência.

É ainda a necessidade que aparece na fala da senhora Elisabeth ao ser questionada sobre o direito a receber os benefícios. Para ela, o benefício é recebido porque “tenho necessidade” e não como um direito. A alusão que pode ser feita frente a essa colocação é que para a usuária, o fato de receber o benefício assistencial é porque ela tem necessidade, ela está desempregada, como se a responsabilidade pela situação de vulnerabilidade social vivenciada fosse dela e não resultado de outras condições alheias a sua vontade.

De maneira que, é possível concluir que a senhora Elisabeth, partindo de sua necessidade, recorreu ao serviço de Plantão Social do município de Sucupira. Nesse serviço sempre recebeu os benefícios assistenciais que necessitava no momento. Essa situação tanto se repetiu que para a Sra. Elisabeth se tornou difícil contemplar a vida sem tais benefícios sobretudo a cesta básica. Nessa construção, a usuária também passou a compreender que os benefícios recebidos por ela são apenas devidos porque ela vivencia uma necessidade e não como direitos.

Nesse sentido, a realidade concreta, a realidade da falta de emprego, da falta de comida foi que resultou em que Elisabeth procurasse o serviço de

Plantão Social. E foi essa realidade, de pobreza extrema e constante que colaborou para que os sentidos construídos sobre os benéficos assistenciais se formassem na subjetividade de Elisabeth. A usuária se apropriou desses conhecimentos, os transferiu para o cérebro e eles passaram a compor conceitos sobre os benefícios assistenciais. Aliás, a memória operou de maneira significativa, registrando essas informações. Nesse ínterim é entretanto necessário pontuar que não houve qualquer trabalho que buscasse desconstruir esses conceitos, mesmo a usuária estando atrelada ao serviço há mais de oito anos, passando inclusive por diversas gestões diferenciadas.

No mais desejamos salientar que os conceitos da Psicologia Russa podem ser um bom referencial para os Assistentes Sociais. Essa construção, realizada com o usuário no cotidiano da prática profissional pode proporcionar uma apropriação diferenciada do usuário da Assistência Social, não apenas no que concerne aos benefícios assistenciais, mas em relação a política como todo. Caso o profissional atue apenas na concessão, os sentidos construídos pelos usuários serão como os apontados pela Sra. Elisabeth. De tal forma, esse usuário dificilmente conseguirá contemplar a Assistência Social como um direito e de maneira mais deficitária conseguirá compreender aspectos mais relevantes da realidade social que o cerca.

5 Referências Bibliográficas

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

Brito, Maria Argenice de Sousa. **Plantão Social: o difícil caminho de superação do assistencialismo para a construção de uma política pública de direitos para plena cidadania**. São Paulo: PUC- SP, 2001. 215 p. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2001.

DUARTE, N. A Individualidade Para-Si: Contribuição a uma formação histórico-social da formação do indivíduo. Campinas: Autores Associados, 1993.

LEONTIEV, A. N. **O Desenvolvimento do Psiquismo**. Lisboa: Livros Horizontes, 1978b.

LEONTIEV, A.N.**Actividad, Conciencia y Personalidad**. Buenos Aires: Ciências Del Hombre, 1978a.

LURIA, A. R.**Curso de Psicologia Geral. vol. I**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991a.

SPOSATI, A. **A Assistência na trajetória das políticas sócias brasileiras: uma questão de análise**. São Paulo: Cortez, 1992.

Anexo 1

Entrevista

Franciele – Olá ... Dona Elisabeth...Faremos algumas perguntas a senhora, tudo bem? Bem... Há quanto tempo que a senhora é beneficiária da Assistência Social?

Elisabeth – A ...tem uns oito anos...acho que é da época da Graça...

Daniela – Qual benefício a senhora já recebeu na Assistência Social?

Elisabeth – Eu já recebi bastante coisa:cesta, enxoval de bebê para minha filha, ação jovem para o meu filho, conta de luz, gás...tudo isso eu recebi...

Franciele – E o que a senhora “acha” destes benéficos? São bons, não são? A senhora acha que está assim certo a senhora receber ou que não e porque?

Elisabeth – A.. eu acho que ta certo... que é bom...porque qualquer coisa que a gente recebe assim ajuda um pouco né, sempre ajuda né fia....

Daniela – E a senhora acha que esse beneficio, a senhora recebe ele porque?

Elisabeth – Porque eu tenho necessidade né fia...assim né...

Franciele – Destes benefícios, qual a senhora acha mais importante?

Elisabeth – Mais importante...mais importante é a cesta...

Franciele – Porque?

Elisabeth – Porque tem alimento

Franciele – E se a senhora não tivesse como a senhora ia fazer?

Elisabeth – Ah se não tivesse esse auxílio...não sei o que a gente tava passando...já nem tava mais aqui minha fia...

Daniela – E a Sra. Acha assim que a senhora tem direito? Ou não?

Elisabeth – Eu acho que tenho direito porque a gente ta desempregada né...

Franciele – A senhora participa de alguma atividade no Cras?

Elisabeth – Não

Franciele – Porque?

Elisabeth – A não sei...não dá

Daniela – Está certo dona Elisabeth obrigada e até mais

Elisabeth – até mais